

PEC de deputados prevê corte de R\$1 tri em dez anos

Contas públicas Estimativa é de redução de R\$ 1,1 tri em 10 anos; desvinculação ao mínimo é principal medida

Deputados apresentam alternativa a corte de gastos

Raphael Di Cunzio, Fabio Murakawa, Marilou Camarotto e Rafael Bilescourt De Brasília

Um trio de deputados do PSD, PPR União Brasil, partidos da base governista, se movimentou para apresentar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) com corte de gastos para ampliar a economia projetada com o pacote fiscal que o governo está em vias de divulgar. A iniciativa, capitaneada pelos deputados Pedro Paulo (PSD-RJ), Júlio Lopes (PPR) e Kim Katagiri (União-SP), ainda está em elaboração. E deve ser protocolada nesta quarta-feira, mesmo dia em que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pretende fazer um pronunciamento em rede de rádio e TV na noite para explicar as medidas à população.

A PEC precisará do apoio de 171 deputados para começar a tramitar no Congresso. Ela tem como base ideias sugeridas pelo Paulo Bijos, ex-secretário-adjunto da Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento,

que saiu do cargo em julho. O texto promove medidas com potencial de economizar mais de R\$ 1 trilhão em dez anos, segundo os autores, com base em projeções da Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados (Conof). O valor é bem superior ao discutido pelo governo Lula (PT) em seu próprio pacote.

A medida com maior economia de gastos é a desvinculação das despesas públicas previdenciárias ou assistenciais (como o Benefício de Prestação Continuada, BPC) da política de valorização do salário mínimo.

Outra sugestão é desvincular das receitas os pisos de saúde, educação e o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) por três anos (de 2026 a 2028), o que provocará economia de R\$ 74 bilhões, e retirar da Constituição o valor das emendas parlamentares ao Orçamento, deixando para defini-lo por lei complementar.

Os deputados querem ainda limitar o abono salarial a quem ganha apenas um salário mínimo e



Na TV, Haddad deve, além das medidas, destacar bom desempenho da economia

estinguí-lo a partir de 2031. A economia seria de R\$ 15 bilhões até 2031 com a restrição. Atualmente, recebe o benefício anualmente o trabalhador contratado no regime CLT que ganha até dois salários mínimos por mês. Também sugerem limitar as indenizações remunera-

tórias para os servidores públicos e magistrados a 30% do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), com vedação ao pagamento retroativo.

Fontes no Planalto afirmam que o pronunciamento de Haddad poderia ser cubido na quinta-feira, caso o aguardado anúncio das medidas não ocorra hoje, conforme está previsto. O texto a ser lido pelo ministro ainda estava sendo elaborado na tarde de ontem. Mas, além de explicar o teor das medidas, Haddad deve exaltar na transmissão o bom desempenho da economia, com desemprego em baixa, inflação controlada — embora fora do centro da meta — e massa salarial em crescimento.

O governo deve enviar seu pacote de medidas de austeridade ao Congresso Nacional na forma de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) e um projeto de lei complementar.

Na segunda-feira, Haddad afirma que o pacote já está fechado, após uma reunião "definitiva" com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o assunto. O futuro po-

sidente do Banco Central, Gabriel Galvão, participou do encontro.

Haddad não divulgou quais seriam as medidas, uma vez que os textos ainda seriam apresentados aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Segundo o ministro, no entanto, as medidas já estão "especificadas" dentro do governo.

Nesta terça, 26, ministros de pastas sensíveis a investimentos destacaram a importância da responsabilidade fiscal para a previsibilidade da economia. Durante o seminário "Brasil rumo à COP 30", realizado pela Editora Globo, os ministros Sílvio Costa Filho (Portos e Aeroportos) e Renan Filho (Transportes) defenderam as medidas.

"O pacote de medidas" vai permitir abrir espaço para reduzir juros e retomar o investimento que precisamos", disse Renan Costa Filho, lembrou que o pacote envolve muitas áreas e é complexo, mas que "a responsabilidade fiscal é clássica prática". "Não é uma coisa de direita ou de esquerda. É importante a gente ter previsibilidade para investimentos."

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP